

Anseio Nacional

A reunião que o presidente da República teve com um eclético grupo de economistas fora dos quadros oficiais consolidou a convicção de que o Plano Real chegou a uma situação dramática: suas premissas básicas estão praticamente esgotadas. O câmbio e a política monetária não poderão mais fazer mágicas se a política fiscal não sofrer radical transformação, para garantir a estabilização no front orçamentário.

A ênfase que Fernando Henrique deu às reformas durante o lançamento do programa para a área social e na posse do ministro Francisco Dornelles serviu para deixar claro à nação que as reformas são o eixo das transformações pelas quais espera com impaciência a sociedade brasileira.

O presidente aproveitou a presença do ministério e das principais lideranças políticas nacionais para um recado direto: o Brasil não pode mais perder tempo adiando a aprovação de reformas estruturais que sintonizem o país com as mudanças registradas no mundo. O Legislativo divide com o Executivo a responsabilidade perante a sociedade. Um e outro não podem fugir ao seu destino: é o futuro do país que está em jogo, acima dos interesses pessoais ou partidários.

A economia obedece a fatores dinâmicos. Não basta comemorar o feito passado. É preciso cuidar do presente para que o Brasil exorcize o fantasma da crise econômica e social dos anos 80, gerado pela falência do modelo estatal.

O Congresso começou bem o ano passado, aprovando sucessivamente as reformas fundamentais na ordem econômica e na vida nacional. Mas a relativa inércia do segundo semestre de 95 (que levou à convocação extraordinária este ano para pôr em dia a agenda político-institucional) e a perda de quatro meses deste ano sem aprovação de medidas relevantes apagaram da memória nacional a eficiência legislativa recente.

O Congresso se queixa do baixo nível de reconhecimento público, mas a sociedade anseia pela continuidade da estabilização. O nível de rigor exprime a aspiração de modernidade. E as conquistas só serão sustentáveis com reformas estruturais, como a previdenciária, a administrativa e a tributária, que marquem o corte profundo com o Brasil do passado. A regulamentação das emendas constitucionais já aprovadas também ajudaria a melhorar a posição do Congresso na opinião pública.

O importante é que tanto o governo quanto o Congresso tomem plena consciência de que o país tem pressa de mudar e aceitar o desafio do emprego, cuja redução é consequência da globalização dos mercados. Aprovar as reformas que garantam a estabilidade não irá resolver a crise do desemprego industrial — que é mundial — mas melhorará muito a vida dos brasileiros, como o Real já provou em 22 meses.